



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

**O MOVIMENTO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E
PRODUÇÃO ORGÂNICA E AS POTENCIALIDADES E LIMITES APONTADOS PELAS
ORGANIZAÇÕES POPULARES ATUANTES NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM/RS**

**THE INSTITUTIONALIZATION'S MOVEMENT OF NATIONAL POLICY OF AGROECOLOGY AND
ORGANIC PRODUCTION AND THE POTENTIALITIES AND LIMITS POINTED BY THE OPERATING
POPULAR ORGANIZATIONS AT THE MICRO REGION ERECHIM/RS**

(Recebido em 10-05-2017; Aceito em 14-08-2017).

Shaiane Carla Gaboardi

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Professora do Instituto
Federal Catarinense- Campus Ibirama/SC.
shaiane_carla@hotmail.com

Márcio Freitas Eduardo

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Professor do curso
de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus de Erechim/RS
marciouffs@gmail.com

Resumo

A base técnica e econômica da agricultura transformou-se, sobretudo, após a década de 1960, no período que ficou caracterizado como Revolução Verde. As relações capitalistas passaram a se territorializar no campo gerando diversos impactos sociais e ambientais. Este fato fez com que diversos movimentos de resistência surgissem no intuito de pensar alternativas à exclusão gerada por este modelo de desenvolvimento hegemônico, por meio da agroecologia. Entre estes movimentos de resistência, citam-se duas organizações não governamentais que atuam na Microrregião de Erechim, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). Este movimento passou a se fazer representar também na esfera estatal, reivindicando políticas públicas de caráter emancipatório para os agricultores de forma a promover a agroecologia. O presente trabalho é resultado de pesquisas realizadas em âmbito de trabalho de conclusão de curso de Geografia. A metodologia de pesquisa é pautada na investigação qualitativa utilizando-se de levantamentos por meio de revisão bibliográfica, entrevistas e análise documental, com o objetivo de entender o contexto de surgimento das organizações populares que fazem parte deste movimento agroecológico e da Política

Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a qual foi uma conquista destas organizações, e refletir sobre as leituras que o CAPA e o CETAP fazem do Decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012, o qual institucionaliza a política. Além disso, objetiva-se apontar os projetos paralelos que estas organizações vêm desempenhando no sentido de promover a agroecologia na Microrregião de Erechim. **Palavras-Chave:** Agroecologia. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Organizações Populares. Microrregião de Erechim.

Abstract

The technical and economical basis of agriculture changed, mainly after the 1960's, in a time that was called as Green Revolution. The capitalist relations began to territorialize at countryside, creating many social and environmental impacts. This episode caused the birth of many resistance movements, in order to think alternatives for the exclusion, generated by this hegemonic development model, resorting the agroecology. Among these resistance movements, we can indicate two non-governmental organization, which operate in Erechim's micro region, the Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) and the Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). This movement began to express itself at the state reach also, requesting emancipatory features at the public policies for the farmers, which promote agroecology. This paper it's the result of researches made as a monography in order to obtain geographer's degree. The research methodology is based on qualitative investigation, using bibliographical review, interviews and documental analysis, aiming understand the birth context of these popular organizations which promotes the agroecological movement and National Policy of Agroecology and Organic Production, that was a conquest of these organizations; and at the same time, think about the view of CAPA and CETAP about the Act 7,794, dated August 20, 2012, which establishes PNAPO. Furthermore, another purpose is point alternative projects of these organizations, that support agroecology in Erechim's microrregion.

Keywords: Agroecology. National Policy of Agroecology and Organic Production. Popular Organization. Erechim's Micro region.

INTRODUÇÃO

A agricultura no Brasil, desde a década de 1960, passou a transformar-se impulsionada por ações do Estado e das grandes multinacionais, estes, em conjunto passaram a incentivar a utilização de insumos químicos, melhoramentos genéticos e tecnologias apropriadas para a artificialização da produção, período este conhecido como Revolução Verde.

Sob a tutela dos governos militares, é posto em curso uma vigorosa “revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia verde” (PORTO-GONÇALVES, 2004), produzindo uma modernização colonial/subalterna e conservadora: beneficiando grandes proprietários fundiários, com vistas à exportação da produção agropecuária.

Este processo passou a afetar a territorialidade camponesa e no Sul do país, em especial na Microrregião de Erechim, a realidade não foi diferente, os preceitos do agronegócio passaram a integrar o pequeno produtor a lógica do capital: da produção artificializada e exportadora, na qual é praticamente excluída a relação do homem com a terra e a quantidade torna-se a qualidade.

O capital subordina o camponês indiretamente à sua lógica através de diferentes ferramentas,

como destaque na Microrregião de Erechim, a integração com grandes empresas processadoras de aves e suínos, a produção de grãos de *commodities* como a soja e o milho e a consequente utilização de pacotes tecnológicos para a produção destes. No entanto, esta forma de produção é excludente para muitos agricultores, tendo em vista, que nem todos possuem condições para trabalhar nesta lógica, pois esta é uma agricultura de elevado padrão científico e tecnológico e que visa a segurança alimentar, a qual segundo Porto Gonçalves (2006) não visa alimentar quem produz e, sim, a mercantilização do produto.

Na Microrregião de Erechim, a perda da autonomia campesina e a subordinação da produção ao interesse do capital, acaba por gerar conflitos agrários e conseqüentemente, formas de resistência a este modelo hegemônico. É nesse contexto de conflitualidade e transformação do campo, caracterizadas pela modernização, que surgem, na década de 1980, alguns dos principais movimentos de resistência a esses processos. Estes movimentos foram ganhando força com o passar dos anos e passaram a se articular com um objetivo em comum: promover a agroecologia como forma de resistência a inserção do capitalismo no campo.

Entre as organizações que formam este movimento agroecológico podemos citar: o Movimento Agroecológico de America Latina y el Caribe (MAELA), Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), entre outras organizações que atuam regionalmente e localmente, entre elas duas organizações não governamentais que são os atores principais desta pesquisa: o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP).

Articuladas, essas organizações vêm ao longo dos anos, criticando políticas públicas de caráter compensatório para o campo, ou seja, as políticas voltadas para a inserção dos agricultores na lógica do mercado capitalista. Assim, as organizações populares estão se fazendo representar também na esfera estatal reivindicando por políticas públicas emancipatórias, as quais promovam a autonomia relativa destes agricultores.

Nesse sentido, desde 2010, as organizações populares e o Estado vêm travando diálogo acerca da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a qual objetiva segundo o artigo 3º do Decreto 7.794 de agosto de 2012 “promover a Agroecologia e a Produção Orgânica como base do desenvolvimento rural, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta de alimentos saudáveis a partir do uso sustentável dos recursos naturais” (BRASIL, 2012).

Vale frisar, que ainda não podemos avaliar os resultados da PNAPO, pois sua institucionalização é recente, trata-se de 2012, portanto, este fato não nos permite classificá-la como uma política emancipatória ou compensatória. Desta forma, o presente trabalho possui os seguintes objetivos: 1)

Compreender o contexto de surgimento das organizações populares que formam o movimento agroecológico e quais são suas principais pautas de luta; 2) Entender como se deu o processo de construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e verificar quais são as leituras que as organizações CAPA e CETAP fazem do Decreto 7.794 de agosto de 2012; e 3) Evidenciar em âmbito das organizações estudadas, a busca pela sustentabilidade do campo baseada em projetos de desenvolvimento alternativos ao modelo atual de agricultura calcada nos preceitos do agronegócio.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos assentaram-se sob três eixos: primeiramente, foi realizada revisão bibliográfica acerca do processo de modernização da agricultura no Brasil. Para a melhor caracterização deste contexto em âmbito da região que envolve os principais atores da pesquisa, CAPA e CETAP, foi realizado recolhimento e análise de dados acerca da população total, rural e urbana da microrregião de Erechim, da estrutura fundiária, produção, colheita, efetivos animais, entre outros dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE).

Além disso, a análise de mídias impressas e de *sites* das organizações populares foi fundamental para entender a formação e os objetivos do movimento agroecológico. As principais referências que basearam as discussões acerca do processo de modernização da agricultura foram Porto-Gonçalves (2006), Wanderley (2009), Matos e Pêsoa (2011) e Oliveira (1998). Para a análise da articulação em rede das organizações populares que formam o movimento agroecológico as principais referências utilizadas foram Caporal e Petersen (2006, 2012), Petersen (2013) e Scherer-Warren (2006). Além destas, as pesquisas realizadas em âmbito dos projetos “A Agroecologia na Dinâmica do Desenvolvimento Rural no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul: O Papel das Instituições Locais e a Integração da Universidade Federal da Fronteira Sul Nesse Processo” (Edital MDA/SAF/CNPq no 58/2010) e “Ecologismo Popular e Agroecologia: as contribuições do CAPA e do CETAP e a estruturação da Rede Ecovida na região do Alto Uruguai gaúcho” (Edital 168/UFFS/2012) também foram referências fundamentais para a realização deste trabalho.

No segundo eixo, o qual trabalha-se com o contexto de surgimento da PNAPO e da análise do Decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012, o qual a institucionaliza, estudou-se diversos documentos da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e documentos governamentais, como a minuta do Decreto e o Relatório de Mobilização e Participação Social na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, da Secretaria Geral da Presidência da República, além do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e do próprio Decreto.

Para verificar as leituras que as organizações CAPA e CETAP fazem deste Decreto, foram realizadas entrevistas com um técnico de cada entidade. Estas entrevistas foram feitas a partir da elaboração de um roteiro e posteriormente foram transcritas na íntegra. Importante salientar que as entrevistas utilizadas em âmbito desta pesquisa foram realizadas em 2011, 2012 e 2013 e complementadas no ano de 2014 com questões que ainda não tinham sido respondidas pelas organizações e também para atualizar determinados dados, como por exemplo, o quadro de experiências agroecológicas na Microrregião de Erechim. O embasamento teórico deste eixo se deu principalmente a partir de Fernandes (2012), Petersen e Almeida (2006).

Por fim, o terceiro eixo, o qual visa verificar quais são os projetos paralelos executados pelo CAPA e pelo CETAP para promover a agroecologia na Microrregião de Erechim, baseou-se também em entrevistas semidirigidas com roteiro aberto às lideranças de cada instituição, análise das publicações destes coletivos na *Internet* e das mídias impressas, tais como: *folders*, cartilhas, livros, manuais, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Modernização da Agricultura e a Formação do Movimento Agroecológico

A modernização agrícola baseada nos preceitos técnico-científicos da Revolução Verde ocorrida no final do século XX, sobretudo após a década de 1960, introduziu grandes mudanças na base técnica e econômica da agricultura (VAN DER PLOEG, 2009). Este momento induziu um processo de especialização produtiva e a disseminação do empreendedorismo baseado na economia agroexportadora, além da forte dependência de produtos dominados por grandes complexos agroindustriais. Esse modelo de produção reproduziu-se com rapidez, territorializando mundialmente novos padrões tecnológicos de circulação, venda e consumo, intensificando conflitos e gerando novas contradições, sob a égide das novas relações de poder no campo, conduzidas pelas transnacionais do agronegócio, alicerçadas pelas políticas públicas de modernização empreendidas, especialmente, pelas nações ditas “subdesenvolvidas”, sob a tutela dos países desenvolvidos. Cabe salientar ainda, segundo Porto Gonçalves (2006) que a “Revolução Verde” veio repleta de caráter político e ideológico, tentando despolitizar o debate contra a fome, trazido a baila por movimentos camponeses que erguiam bandeiras vermelhas (socialistas) na tentativa de discutir esta problemática.

No Brasil, conforme aponta Wanderley (2009), o início dos anos 60 foi marcado por um debate que polarizou a sociedade brasileira a respeito da necessidade de adequação da agricultura às novas exigências de desenvolvimento do país. Nesse debate, a autora afirma que no início da década de 1960,

o presidente Castelo Branco, em seu discurso, defendia a modificação da estrutura agrária, devido às grandes mudanças decorrentes da nova organização social gerada pela industrialização e consequente aumento da urbanização brasileira. Wanderley (2009) afirma ainda que a estrutura agrária brasileira era considerada pelo Estado como improdutiva e mal aproveitada, e estava provocando um “vazio socioeconômico”.

O Estado brasileiro então passou a promover a modernização das áreas rurais do país através de vários incentivos como: o crédito agrícola, apoio e desenvolvimento da pesquisa (com o objetivo principal de diminuir o tempo de produção e aumentar a produtividade), assistência técnica, instituição de preços, entre outros. Desta forma, ainda seguindo as considerações da autora, o principal resultado desta política modernizante foi a subordinação da agricultura à indústria, através dos “complexos agroindustriais” (GRAZIANO DA SILVA, 1996), devido aos benefícios que os grandes proprietários obtiveram, resultando ainda no amplo processo de concentração de terras.

Wanderley (2009) assegura ainda que esse processo de modernização agrícola resultou na expulsão da grande maioria dos trabalhadores *não proprietários* de suas terras, dificultando a reprodução camponesa. Além disso, “menos de 10% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros estariam integrados a essa moderna maneira de produzir” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 170). O camponês, nesse sentido, passou a ser percebido como a representação do atraso. Impossível ser reconhecido como um ator do progresso social.

Além da desvalorização do campesinato, a modernização da agricultura trouxe consigo sérios problemas de insustentabilidade ambiental. Lisboa (2009) afirma que na década de 1970 o desenvolvimento econômico patrocinado pelo governo militar, acarretou em grande impacto negativo ao meio ambiente. Segundo a autora, o crédito fácil para a produção agroexportadora, como a soja, milho, arroz e trigo fomentou a mecanização e o uso intensivo de agrotóxicos, levando a destruição de áreas de florestas, a erosão e a contaminação dos solos.

Sobre o tema em questão, Porto-Gonçalves (2012) aponta que há décadas a expansão exponencial do uso de adubos, fertilizantes, herbicidas, pesticidas e fungicidas, vem sendo objeto de críticas ambientalistas, devido às limitações ecológicas dessas formas de manejo dos agroecossistemas, dependentes de insumos externos para manter seu “equilíbrio dinâmico”. O autor aponta ainda que esta produção vem contaminando a água dos rios e lençóis freáticos, levando a diminuição das espécies e do número de peixes, acarretando prejuízos às comunidades ribeirinhas e à diversidade biológica e cultural.

A exportação de *commodities*, incentivada pelo processo modernizador acabou motivando também mega projetos de logística, como construção de estradas, hidrovias e portos, os quais

caracterizam a dinâmica expansiva do capital, criando condições de acessibilidade para a exportação e circulação de pessoas e ao mesmo tempo provocando sérios danos ambientais e sociais. Porto-Gonçalves (2006) indica ainda, outra consequência danosa à natureza que foi motivada pela modernização agrícola: a introdução dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e dos Organismos Transgenicamente Modificados (OTMs). Estes vêm, segundo o autor, artificializando a produção por meio da biotecnologia na lógica “tempo é dinheiro” e, por outro lado, causando a “poluição genética”, contaminando as mais diversas culturas, além de estar desapropriando e desqualificando os saberes populares, priorizando o conhecimento científico desenvolvido nos laboratórios das grandes empresas do agronegócio.

Matos e Pessôa (2011), sobre a modernização da agricultura, afirmam que sua consolidação só foi possível devido a opção do Estado pela modernização do território. Visto que todas as mudanças ocorridas nas atividades agropecuárias, não seria possível sem a infraestrutura disponibilizada para viabilizar os projetos anteriormente citados, como a viabilidade de circulação de pessoas e produtos, além de toda a infraestrutura das telecomunicações, cada vez mais necessária na lógica moderna do comércio internacional globalizado.

No entanto, no Brasil, a introdução dessa relação capitalista no meio rural, acabou por desterritorializar forçosamente um grande número de camponeses e seus saberes potencialmente edificadores de outros projetos de modernidade para o campo e a sociedade. Estes se viram obrigados a migrar para a cidade por não conseguirem acompanhar o ritmo e os valores da modernização, já que as técnicas modernas não atingiram todos os produtores, produtos e espaços, podendo ser caracterizada, por Oliveira (1971), como um processo desigual e contraditório.

Na década de 1980, ao passo que a modernização avançava beneficiando uma parcela restrita e específica de produtores – aqueles que podiam acompanhar financeiramente as inovações tecnológicas –, diversos movimentos passaram a se constituir com diferentes objetivos.

Almeida (1999) afirma que com a abertura política, pós-regime militar, passaram a obter destaque no Brasil várias mobilizações e reivindicações referentes à reforma agrária e pouco a pouco se englobaram na discussão os temas relativos ao meio ambiente e a modernização da agricultura. Ainda segundo o autor, foi meio a este conflito que no Sul do Brasil estes movimentos tomaram força no final da década de setenta e início da década de oitenta, com importante repercussão no espaço rural, tendo em vista que os trabalhadores rurais estavam sendo marginalizados pela lógica da *revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia* (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Segundo Fernandes e Leal (2002) estes movimentos vinham viabilizando uma base social autônoma, objetivando a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garantisse a

soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda. Entre outros destacaram-se: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento dos Atingidos por barragens (MAB); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), movimentos que na década de 1990 passaram a integrar a Via Campesina Internacional. Nesse contexto, ressalta-se o surgimento no Sul de ONGs como o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), ligado a Igreja Luterana; o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essas organizações, com diferentes pautas, consoante Loureiro (2003, p. 101) vão atuar sob três modalidades não excludentes: “(1) denúncia, protesto e conflito; (2) cooperação, parceria e solidariedade; e (3) construção de utopia societária ou civilizacional”.

Para Almeida (1999) a luta inicial e central destes movimentos vinha da necessidade de preservar a categoria social do camponês, do pequeno agricultor, ou ainda, do agricultor familiar e, conseqüentemente, reorientar os sistemas produtivos e as tecnologias na busca por uma maior autonomia desta categoria, que se via cada vez mais subordinada aos efeitos excludentes da modernização do campo. A partir destes propósitos é que irão tomar destaque diversas ONGs de apoio ao pequeno agricultor. Essas organizações, de maneira paulatina, foram ampliando o debate acerca do modelo de desenvolvimento para o campo escolhido pelo Estado, o qual se demonstrava (e se demonstra) insustentável.

Este modelo ambientalmente degradante, contaminador e socialmente excludente (CAPORAL e PETERSEN, 2012), acaba por fazer emergir atores que fundamentam críticas a estes padrões excludentes, que caracteriza a agricultura e o desenvolvimento rural no Brasil. Na microrregião de Erechim, o CAPA e o CETAP ganham destaque nesta luta, juntamente com outros movimentos que possuem os mesmos interesses: a promoção da agroecologia. Tendo em vista que a mesma surge como contraponto a este modelo, resgatando a sustentabilidade e a multidimensionalidade do desenvolvimento rural.

A articulação destes movimentos vem promovendo e demandando amplas discussões acerca das políticas públicas. Diversas organizações populares ao objetivarem o fortalecimento de uma alternativa sustentável ao padrão dominante da organização econômica do campo no Brasil participaram da elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO): a mobilização em torno da construção de propostas para implementação de política pública

O ambiente conflitual esboçado anteriormente, fez com que muitos projetos de desenvolvimento alternativos a este fossem reivindicados, pensados e executados, principalmente por meio de organizações populares, como o CAPA e o CETAP.

No Brasil, desde 2010, diversas organizações que enxergam a agroecologia como alternativa a esta crise, devido ao seu caráter multidimensional, a qual oferece sustentação para transformações de caráter econômico, político, cultural e ambiental, passaram a reivindicar junto à esfera governamental a implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Segundo o *Relatório de Mobilização e Participação Social na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO*, apresentado em maio de 2012, pela Secretaria Geral da Presidência da República, a construção desta proposta foi realizada a partir de proposições apresentadas por diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Entre elas, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPORG) e Câmara Temática da Agricultura Orgânica (CTAO).

O relatório afirma que a proposta foi construída de forma participativa. Primeiramente, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial, o qual envolveu diversos ministérios e autarquias nacionais. Assim, a minuta inicial foi submetida à apreciação e debatida pela sociedade civil em várias etapas. Ainda segundo o relatório, foram realizados cinco seminários regionais (Amazônia, Cerrado, Nordeste, Sudeste e Sul). Além de um seminário nacional, organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), com o apoio do Ministério do Meio Ambiente.

[...] O conjunto de eventos mobilizou aproximadamente 300 representantes de 150 entidades de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, redes regionais e/ou estaduais, assim como profissionais vinculados à universidades e órgãos governamentais de pesquisa e extensão (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012, p. 04).

Antes mesmo dos seminários regionais acontecerem a Articulação Nacional de Agroecologia, no início de 2012, já articulou diversos membros para a realização de uma oficina com o objetivo de debater e planejar o processo de participação da ANA na construção da PNAPO. Desde esse momento diversas organizações populares passaram a organizar várias propostas para a construção da referida política, entre as organizações presentes¹, cita-se a Rede Ecovida de Agroecologia, a qual foi representada por um técnico do CETAP que atua na Microrregião de Erechim.

¹ Participaram dessa oficina diversos membros da ANA, entre eles movimentos ligados à Via Campesina, como por exemplo, MST, MPA e MMC. Além da própria ABA-Agroecologia, ONGs e Redes Regionais.

Esta oficina realizada em âmbito da ANA serviu de base para a elaboração de um documento intitulado *Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção* (como foi primeiramente denominada). Este foi apresentado em seis tópicos os quais serviriam de base para as discussões dos seminários regionais. Destas discussões realizadas com a sociedade civil resultaram dois documentos: 1) Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; e 2) Propostas da Câmara Temática da Agricultura Orgânica – CTAO. “As propostas foram analisadas, submetidas aos ministérios competentes, negociadas e, quando viáveis, incorporadas à nova versão do decreto e no plano de medidas imediatas” (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012, p. 04).

Conforme o Relatório, a partir do resultado destes seminários, a nova versão da PNAPO foi apresentada para a sociedade civil no encontro “*Diálogo Governo e Sociedade Civil – Devolutiva da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*”. Realizado no Palácio do Planalto em Brasília/DF, o evento contou com a participação de 113 pessoas, entre elas representantes do governo e das demais organizações envolvidas na construção da política. Após a apresentação da política, três grupos de trabalho² reuniram-se para formular propostas complementares e estas serviram de base para a revisão da política e fechamento do texto.

O fato de o Estado ter envolvido diversas organizações populares que possuem a agroecologia em suas pautas de luta, para apresentar e discutir propostas para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica não foi por acaso. O debate acerca das políticas públicas para o campo com um viés “alternativo” vem ocorrendo há décadas principalmente dentro das ONGs, sindicatos e movimentos sociais rurais. Dentro da perspectiva da “agricultura alternativa” a agroecologia foi tornando-se a bandeira de luta de diversas organizações, e o debate acerca do respaldo do Estado por meio das políticas públicas também estava presente, tendo em vista a expectativa pela Reforma Agrária, a preocupação acerca da subordinação que o campesinato vinha sofrendo perante a territorialização do capital no campo, entre outras inquietações que afligiam os movimentos como a sustentabilidade e soberania alimentar.

Segundo Petersen e Almeida (2006) a própria formação da Articulação Nacional de Agroecologia foi resultado destes debates, criada na expectativa que o campo agroecológico estivesse organizado e fosse capaz de participar de forma ativa nos processos de elaboração e execução de políticas públicas no início da gestão de um novo governo, políticas estas que seriam “orientadas para a democratização

² Grupo de Trabalho 1: Diretrizes, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; 2) Medidas do Plano Brasil Agroecológico; 3) Estrutura de Governança.

do mundo rural e a promoção da sustentabilidade socioambiental” (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 44).

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO): as potencialidades e os limites apontados pelas organizações populares

Devido à articulação das organizações populares, nos últimos anos foram implementadas diversas políticas públicas que de certa forma contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, e em alguma medida acabaram por promover a diversificação dos produtos cultivados. Cabe destacar nesse sentido, as experiências do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O primeiro, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o qual adquire alimentos dos agricultores familiares para destinar alimentação adequada para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, e o segundo está regulamentado de acordo com a Lei 11.947/2009 que determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Segundo o Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2013), a aquisição dos gêneros alimentícios é realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Desta forma, a política acaba por contribuir para que a agricultura familiar se organize e qualifique suas ações comerciais, fortalecendo a interação entre sujeitos, entidades e movimentos sociais e os arranjos produtivos locais e regionais, além de diversificar a produção. Sobre estas políticas, o Técnico B (2014) do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), em entrevista afirma:

Na minha visão essas políticas foram criadas num desenho de que ela dá a vara e o anzol pro agricultor ir pescar, não dá o peixe. Tentando traduzir um pouquinho isso, garante a comercialização de produto [...] Te dá a oportunidade de produzir, ou seja, se o agricultor se organiza um pouquinho, tem a vontade de diversificar a produção, ele tem onde vender. Se tu pegar hoje e somar oito mil do PAA normal Doação Simultânea, e tu pega mais nove mil reais do PAA Formação de Estoque, que o agricultor pode acessar os dois, e pega mais vinte mil reais PNAE, são 37 mil Reais que uma propriedade produz de produto diversificado com garantia de venda, estando organizado né. Eu acho que 50% das propriedades do Alto Uruguai não chegam a metade disso de renda por ano. Se tu pega as regiões mais pobres dentro da nossa micro região aqui, tem gente que vive com 10 mil reais por ano de renda bruta, e ali tu pega políticas que garante a comercialização do produto, mas tu precisa se organizar, tu precisa produzir, precisa pensar a produção, se planejar dentro da propriedade e aí tu tem a garantia de que o governo te paga. Acho que entre as políticas [PAA e PNAE], tá entre as melhores que tem hoje. Pra tu acessar tu tem que

estar dentro de uma cooperativa, numa associação, no nosso âmbito tem que ter a certificação de produto orgânico, tem que estar num grupo, fazer reuniões e aí tu consegue entregar teu alimento. Acho que elas ajudam a fazer com que as famílias se replanejem pra produzir e entregar não só milho e soja, vaca, porco ou frango, tu vende mandioca, tu vende batatas, tu vende pipoca, tudo aquilo que tu tem pra comer na propriedade tu pode oferecer nesses programas (TÉCNICO B, 2014).

Essas políticas demonstram que ações voltadas para o contexto e necessidades locais provocam impacto positivo e podem melhorar a qualidade de vida dos agricultores, “além de garantir alimentação saudável e adequada à população brasileira” (ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2014, p.133). Porém, segundo o documento “*Subsídio para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção*”, elaborado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) estas políticas ainda são insuficientes e seu caráter fragmentado e também de incerteza quanto ao futuro, não viabiliza e nem dissemina a agroecologia como organização socioeconômica, tecnológica e ambiental. Além disso, o documento afirma que o Estado vem reiterando um modelo de desenvolvimento em contradição com os postulados defendidos pela ANA, como por exemplo:

[...] a não realização da Reforma Agrária; a violação dos direitos territoriais; a liberação dos transgênicos, a ampliação do consumo de agrotóxicos, as mudanças do código florestal, do código de mineração etc. Ao mesmo tempo em que o governo reafirma a necessidade de produzir mais alimentos, existe ainda um grande preconceito com relação ao potencial da agricultura familiar responder ao desafio do aumento da produção, e menos ainda em bases agroecológicas (ANA, 2012, p. 3-4).

O fato de o Estado estar implantando uma política de agroecologia se apresenta como uma ação contraditória, tendo em vista, que suas ações foram voltadas aos interesses do agronegócio. Trata-se, portanto, de uma mediação de conflitos, devido às reivindicações das organizações populares. Sobre o fato de o governo vir incorporando a perspectiva agroecológica em diferentes programas e instituições, o documento escrito pela ANA afirma: “O que percebemos é que a concepção de agroecologia que o governo vem assumindo não questiona esse modelo e privilegia a ideia de espaços de nicho de mercado” (ANA, 2012, p. 4).

Desta forma, a participação da ANA na construção de uma política pública voltada para a produção agroecológica e orgânica, a PNAPO, vem sendo debatida desde a criação do documento anteriormente citado, tendo em vista que a proposição do governo, mediante um contexto de desenvolvimento hegemônico, torna duvidosa execução de propostas estruturantes:

Temos a clareza de que uma política de agroecologia terá limites claros, neste contexto. Até onde poderemos avançar (pequenas vitórias) neste processo é o que buscamos neste diálogo. Portanto, é preciso manter nossa autonomia e nosso papel de tensionamento em relação aos temas estruturais, ao mesmo tempo em que negociamos os avanços possíveis. O que estamos fazendo aqui é exercitar o que fazemos em nossas organizações: tensionamos com o governo, em espaços públicos ou relações bilaterais. Não podemos alimentar expectativas de conseguir grandes vitórias estruturais. Estamos buscando pequenas vitórias e fortalecer nossa

capacidade política, embora correndo um risco, de que o governo possa ressignificar o debate e as nossas pequenas vitórias transformarem-se em derrota (ANA, 2012, p.6).

Por mais que a insegurança em relação à política estivesse presente, como apresentado anteriormente, para a elaboração de propostas para a PNAPO, a Articulação Nacional de Agroecologia envolveu diversas organizações populares e redes de agroecologia, entre elas, a já mencionada Rede Ecovida de Agroecologia a qual está presente na Microrregião de Erechim e é coordenada pelas ONGs CAPA e CETAP. Contudo, as organizações responsáveis pela elaboração de propostas pela Rede Ecovida foram o CETAP e a AOPA (Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia) do Paraná, assim, estas levantaram propostas no Seminário Regional ocorrido na cidade de Passo Fundo/RS, o qual envolveu 41 participantes, os quais representaram 37 organizações da região Sul. No entanto, em entrevista para esta pesquisa, o Técnico B (2014), afirma que várias propostas pontuais que foram levantadas nesse Seminário regional como, por exemplo, em relação à participação da mulher, de jovens e de assistência técnica apropriada para a produção agroecológica não foram contempladas na política, tendo em vista que o Grupo de Trabalho Interministerial acabou por “lapidar” as sugestões:

[...] a essência das propostas que a gente tinha levantado, elas desapareceram, nem foram contempladas na política, várias sim, muitas delas, acho que já é um bom avanço, mas várias coisas mais de ponta, que a gente sente aqui no campo quando está fazendo agroecologia, a gente não conseguiu, ou mudaram, tiveram um formato diferente, e acabou sendo formulado isso né, no retorno teve vários debates das organizações, mas aí a gente já não consegue ter o peso de antes, e aí teve uma mescla né, do que é de fato as demandas das organizações e também o que o governo avalia disso (TÉCNICO B, 2014).

Além do mais, a orientação política das diferentes organizações acabaram por gerar conflitos na formulação de algumas propostas. Por um lado, a Articulação Nacional de Agroecologia que reúne diversas ONGs, Redes, movimentos que possuem ações diferenciadas mas um interesse em comum: o fortalecimento da agroecologia, e por outro as instituições governamentais que tentam “lapidar” as diferentes propostas das organizações juntamente com os interesses do Estado. As divergências aparecem expostas em alguns trechos da fala do Técnico entrevistado. Citam-se as diferentes ações dentro das organizações que compõe a ANA:

Entre as organizações, olhando a agroecologia como aquilo que a gente quer lá na frente, não tem muita discordância, mas cada organização tem o seu jeito de fazer isso acontecer. Uns apostam mais que a agroecologia acontece pela formação, pela educação, por meio das universidades [...] Outros defendem que a agroecologia passa pela dinâmica da comercialização, que precisa fortalecer as dinâmicas de comercialização que vai crescendo também o público, os agricultores que vão

participando, vão sendo atraídos né [...] Pra muitos a construção da política foi o auge, então tem ações mais no campo político (TÉCNICO B, 2014).

Outro ponto relacionado à política que gera conflito de opiniões entre as organizações populares e o Estado refere-se a uma questão política/epistemológica: o fato de que a Política Nacional foi destinada para agroecologia e produção orgânica. Para as organizações populares isso significa colocar tudo “no mesmo pacote”. As organizações ligadas à ANA defendem que o enfoque agroecológico deve orientar estratégias voltadas para a diversificação produtiva, a busca de crescentes graus de autonomia técnica e econômica e o reenraizamento dos sistemas produtivos em seus contextos culturais e socioambientais de implantação. Desta forma a ANA defende:

[...] é preciso debruçar-se sobre os obstáculos existentes à ampliação de escala e efetividade das trajetórias de transição agroecológica, entendidas aqui como processos sociais geradores de conjuntos dinâmicos e inter-relacionados de novidades, não circunscritos aos seus aspectos técnico-produtivos, mas que mobilizam processos mais abrangentes de construção de novas relações com os mercados, de reconexão dos sistemas técnicos com os ecossistemas locais e de promoção de modos de vida sustentáveis (ANA, 2012, p. 7).

Assim, as populações poderiam apropriar-se da maior parte da riqueza gerada pelo seu trabalho. E por mais que exista um nicho de mercado orgânico, a proposta de política defendida pela ANA não se limita a produção sem introdução de agrotóxicos ou fertilizantes, o que de fato já seria um grande avanço. No entanto, a prioridade das organizações não é a de transformar a produção agroecológica ou de orgânicos num “agronegócio verde”, ou seja, produzir em grande escala visando exportar o produto para países (da Europa principalmente) onde as melhores condições financeiras podem favorecer a aquisição destes alimentos “limpos”, fazendo desta forma, gerar mais receita para o Brasil.

Sobre os aspectos positivos e negativos, vistos em âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia e pelo CETAP acerca da PNAPO, pode-se mencionar os seguintes apontamentos levantados pelo Técnico B (2014): primeiramente uma avaliação positiva da política, tendo em vista que a partir da institucionalização de algumas das demandas existe uma base para as organizações populares cobrarem a execução destas, inclusive de recursos. A intenção de contemplar na política todas as organizações que trabalham diretamente com a agroecologia também é considerado um ponto positivo pelo técnico entrevistado, por mais que as ações e visões agroecológicas sejam diferenciadas. No entanto, como as diretrizes vão contemplar o campo, a realidade do pequeno agricultor é uma das preocupações em âmbito do CETAP e da Rede Ecovida de Agroecologia:

Quando tu coloca numa diretriz lá algo que tu pode abranger desde o pequeno agricultor aqui, vivendo de agroecologia, fazendo seu processo, como também um produtor de soja orgânica de milhares de hectares [...] eu acho que isso hoje pra nós é um problema. A realidade da agricultura familiar que faz agroecologia, e da produção orgânica, em larga escala que vem crescendo cada vez mais em nível de Brasil e pra fora, ela é muito diferente (TÉCNICO B, 2014).

O Técnico A (2014) aponta outro grande limitante em relação à PNAPO: garantia dos direitos territoriais

Como avançar numa política de agroecologia com essa estrutura fundiária altamente concentrada que temos hoje no Brasil, ou com as populações tradicionais muito inseguras com relação ao acesso à terra, sempre ameaçadas de perder suas terras. A questão do cumprimento da função social da terra, da garantia dos direitos territoriais das populações tradicionais, é absolutamente fundamental (TÉCNICO A, 2014).

Outro ponto limitante que o técnico do CETAP vem acompanhando ao longo de sua caminhada é acerca da institucionalização da agroecologia por meio do Estado, tendo em vista que cada governo tem suas prioridades, sendo assim, nem sempre a agroecologia está entre elas. Portanto, as organizações que vivem de recursos e projetos de governo acabam se dissolvendo ou perdendo força. Além disso, segundo o técnico entrevistado, quando o governo trabalha com a agroecologia os recursos destinados para a assistência técnica são reservados principalmente para os órgãos do Estado, assim, para as organizações populares o recurso recebido é mínimo.

Eu acho difícil, acho muito complicado, porque cada governo que entra tem uma avaliação diferente referente a tudo né. A gente viveu isso, saímos de um governo que não apoiava a agroecologia, pra um governo que dizia que apoiava, botou dinheiro, mas não botou pras organizações que historicamente fizeram a agroecologia, que dão base pra toda dinâmica que tem. [...] e a avaliação que a gente tem é que quanto mais tu trazer isso pra responsabilidade do governo, mais frágil a gente vai ficando (TÉCNICO B, 2014).

No entanto, os recursos internacionais para ONGs como o CETAP estão se esgotando cada vez mais, assim aproximadamente 50% do orçamento dessa organização popular depende de projetos do governo estadual e federal. Mas segundo o técnico entrevistado, a cada dez projetos encaminhados, um é contemplado, e com escasso recurso para trabalhar com oitenta famílias na microrregião de Erechim. Além disso, as prefeituras acabam por auxiliar em algumas frentes, como nas feiras de bairros e cursos de formação, mas com recursos mínimos. Além disso, segundo o técnico entrevistado, a verba que o agricultor consegue acessando as políticas públicas voltadas para o campo, como por exemplo, o PRONAF, acaba sendo destinada para as agropecuárias na compra de agrotóxicos e adubos químicos.

Desta forma, o mesmo técnico afirma que é preciso operacionalizar a política com acompanhamento, orientação, a partir de profissionais com olhar diferenciado, apontando diferentes técnicas de manejo, profissionais que não enxerguem o agricultor como consumidor de um “pacote tecnológico”.

Os limitantes apontados pelos técnicos do CETAP e do CAPA devem-se ao fato de que, conforme Montenegro Gomez (2010), o Estado vem discutindo o desenvolvimento rural como uma estratégia de substituir, sem resolver, a questão agrária. “A política de desenvolvimento rural, hoje denominada de desenvolvimento territorial rural, invade o campo em prol de gerir a pobreza e expandir a integração dos pequenos agricultores à lógica heterônoma do mercado” (MONTENEGRO GOMEZ, 2010, p. 28).

Cristóvam (2005, *apud* CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 66) informa que “as políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental, voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição”.

Já Fernandes (2012) afirma que as políticas públicas podem ser classificadas em emancipatórias ou compensatórias. Segundo o autor, as políticas compensatórias são elaboradas de “cima para baixo com o objetivo de controle político das populações subalternas” já as políticas emancipatórias, quase sempre, são elaboradas de “baixo para cima com o objetivo de construir autonomias relativas e formas de enfrentamento e resistência na perspectiva de superação da subalternidade” (FERNANDES, 2012, p. 2-3).

Estes dois tipos de políticas, emancipatória e compensatória, demonstram a diferença entre dois modelos de desenvolvimento: o camponês e o do agronegócio. Fernandes (2012) afirma que o debate *paradigmático* contribui para entender estas diferenças: o Paradigma da Questão Agrária compreende que as desigualdades geradas pelas relações capitalistas “diferenciam, destroem e recriam o campesinato” (FERNANDES, 2012, p. 17). Segundo o autor a relação campesinato-capital é sempre de subalternidade e a resistência à dominação gera disputas territoriais e conflitualidade na busca por maior autonomia dos camponeses. Já o Paradigma do Capitalismo Agrário entende que as desigualdades geradas pelo capitalismo podem ser superadas por meio de políticas públicas “que possibilitem a integração do campesinato ou do agricultor de base familiar ao agronegócio” (FERNANDES, 2006, p.17).

A partir de uma política pública o Estado é capaz de intervir em problemas sociais gerados pelas contradições do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que fomenta o agronegócio, ou seja, cria conflitualidade.

Nesse sentido, no Brasil, a exclusão do campesinato gerada pela territorialização do capitalismo no campo e pela implementação de políticas que historicamente favoreceram o avanço do agronegócio, (sejam elas voltadas para os latifundiários ou para os pequenos agricultores, na tentativa de inseri-los na lógica do comércio internacional e, conseqüentemente, gerando o endividamento destes, barrando sua reprodução social e diminuindo sua relativa autonomia), acabou por gerar resistências a este modelo: as diversas organizações populares que fazem agroecologia apontadas nesta pesquisa, as quais promovem o debate acerca das políticas públicas em suas pautas, que vem historicamente fazendo a crítica às políticas voltadas para o desenvolvimento econômico, gerador de exclusão social e, além disso, também estão fazendo se representar na esfera estatal em busca de mudanças estruturais no campo.

Desta forma, a participação na construção e a própria elaboração da PNAPO foi, portanto, uma conquista destas organizações, mas possui limitantes pelo fato de que a mediação das propostas foi realizada pelo Estado, o qual é favorável aos interesses das corporações do agronegócio e do capital financeiro na expectativa de ampliar os ganhos por meio da exportação dos produtos.

O fato de a PNAPO ainda ser uma política pública recente, não nos permite avaliá-la como emancipatória, capaz de gerar autonomia relativa aos agricultores, ou compensatória, a qual possui o objetivo de integrar estes sujeitos ao capitalismo, por meio das premissas do agronegócio. No entanto, a partir dos limites anteriormente apontados nesta pesquisa pelas organizações populares que participaram do processo de elaboração, já podemos levantar algumas “pistas”.

Ao analisarmos o documento já citado anteriormente, *Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção*, elaborado pela Articulação Nacional de Agroecologia, observamos que há preocupação com a essência do modelo de desenvolvimento hegemônico e consciência de que a PNAPO, uma política pública, não é a solução para este problema estrutural: as relações capitalistas que geram desigualdades sociais.

[...] ao elaborarmos propostas para uma política de agroecologia, em um contexto de hegemonia do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, não podemos perder de vista que essas propostas devem ser coerentes com nosso objetivo de mudança desse modelo. É preciso que tenhamos uma visão estratégica de como estas propostas podem contribuir na acumulação de forças, na construção de outro modelo de desenvolvimento, ainda que este só possa ser alcançado em outro contexto sócio-político (ANA, 2012, p. 7-8).

Nesse sentido, a partir das premissas apontadas pela ANA neste documento, a agroecologia só se faz respeitando as diversidades e territorialidades específicas dos diferentes locais. Assim, uma política que aponta soluções generalizadas não é compatível com o enfoque agroecológico. Além disso, segundo o documento, a política deve orientar estratégias voltadas para a diversificação produtiva, a

busca de crescentes graus de autonomia técnica e econômica e o reenraizamento dos sistemas produtivos em seus contextos culturais e socioambientais de implantação.

Os projetos paralelos que promovem a Agroecologia na Microrregião de Erechim: o papel do CAPA e do CETAP

Devido ao caráter contraditório do Estado ao implementar uma política de agroecologia, permeada na lógica do modo de produção capitalista é que algumas organizações populares acabam por realizar ações diretas, as quais não dependem do aporte institucional do Estado. O ambiente de insegurança em relação ao futuro da agroecologia por meio da PNAPO ou mesmo por dentro de outros projetos e ações do governo, faz com que as organizações populares estudadas nesta pesquisa: CAPA e CETAP, além da própria Rede Ecovida de Agroecologia que envolve diversas outras organizações, se organizem realizando projetos paralelos que levam em conta princípios de horizontalidade, apoio mútuo, solidariedade e auto-organização, na busca por alternativas que vão contra o modelo hegemônico de desenvolvimento, de forma que os envolvidos nestes projetos paralelos, não estejam completamente submetidos às normas e imposições de cultivo do mercado capitalista.

Na Microrregião de Erechim, o CAPA e o CETAP vem acompanhando experiências agroecológicas em alguns municípios. As experiências vinculadas ao CETAP concentram-se principalmente nos municípios de Três Arroios, Itatiba do Sul, Erechim e Aratiba. Esta pequena abrangência se deve a falta de recursos, a qual inviabiliza o trabalho em função da falta de pessoal, como técnicos, para fazer o acompanhamento. O Técnico B entrevistado nesta pesquisa, afirma que os projetos nestes municípios vem se fortalecendo nos últimos anos. “Entre as baixas e os ganhos, a gente conseguiu sair com mais ganhos do que baixas nesse último período” (TÉCNICO B, 2014).

A maioria das famílias estão associadas à *ECOTERRA Associação Regional de Cooperação e Agroecologia*, a qual foi criada em 2001 e reúne grupos ecologistas da região. Além disso, estas famílias possuem certificação de produto agroecológico por meio da Rede Ecovida de Agroecologia. Ao verificar os principais gargalos e insucesso de iniciativas observa-se a demanda que estes grupos possuem por políticas públicas específicas para a agroecologia, no que se refere principalmente à assistência técnica especializada e crédito. A maioria das famílias que o CETAP atende trabalha com a multiplicação de sementes crioulas, frutas nativas, doces e conservas orgânicas, entre outros.

Já as experiências vinculadas ao CAPA situam-se nos municípios de Erechim, Severiano de Almeida, Paulo Bento, Centenário, Barra do Rio Azul, Estação e Erval Grande. Os grupos trabalham principalmente com hortaliças, ervas medicinais, cana-de-açúcar, frutas orgânicas, com destaque para o citrus e abacaxi. Entre estas famílias, nem todas possuem certificação pela Rede Ecovida de

Agroecologia, devido ao fato de ainda estarem em fase de transição, portanto se constituem como grupos informais. Os principais problemas encontrados nas experiências apoiadas pelo CAPA, ocorrem devido ao difícil acesso à mudas e sementes agroecológicas, adubação verde, pouca mão de obra familiar, necessidade de buscar mercado fora da região quando a produção é excedente e também a pouca instrução que os agricultores possuem em relação a legislação sanitária.

Atualmente o CETAP vem trabalhando também com a valorização de frutas nativas dentro de um projeto chamado “Sistemas Agroflorestais”. Este projeto compreende o cultivo agrícola associado a espécies nativas e possui o objetivo principal de reflorestar áreas desmatadas. Uma das ações do projeto foi a elaboração de material gráfico com informações sobre espécies nativas do Rio Grande do Sul, este material consiste num envelope que contém alguns cartões informativos sobre frutas com sugestões de receitas culinárias.

Desde 1998 o CETAP vem trabalhando na perspectiva da promoção de feiras ecológicas na região Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul. Atualmente, existem cinco feiras de produtos agroecológicos com acompanhamento e assessoria do CETAP, envolvendo aproximadamente 90 famílias agroecologistas. Estas situam-se nas cidades de Erechim, Passo Fundo, Sananduva e Vacaria. Estes espaços comercializam um número aproximado de 150 diferentes produtos entre hortaliças, conservas, frutas nativas e derivados. Segundo informações retiradas do folder “Feiras Ecológicas: alimentando a cidadania”, elaborado pelo CETAP, “estas iniciativas são um avanço concreto e alternativo ao atual sistema agroalimentar, pois contribuem de forma efetiva para mudanças nas relações de produção e consumo de alimentos, através da comercialização direta e solidária, oferecem produtos ecológicos, colaboram para a troca de conhecimentos, experiências e integração entre o universo rural e urbano”. Em Erechim, a Feira do bairro São Cristóvão reúne agricultores certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia, os quais são assessorados pelo CAPA e pelo CETAP.

Outro fato importante relacionado à promoção da agroecologia no Alto Uruguai Gaúcho refere-se à criação do Núcleo de Agroecologia do Alto Uruguai (NAAU), criado em 2012 durante o I Seminário de Agroecologia do Alto Uruguai “Agroecologia em sua vida”. Este seminário foi promovido por diversas organizações populares, entre elas o CETAP, o CAPA e a Rede Ecovida de Agroecologia, em parceria com instituições como a UFFS, URI, EMATER/RS, entre outros. O seminário vem acontecendo uma vez por ano, reunindo os participantes do Núcleo e realizando diversas atividades como, por exemplo: palestras, oficinas temáticas, exposições, trocas de experiências. No ano de 2013, o evento teve como tema “O futuro da agricultura e o papel da agroecologia”. O NAAU também vem realizando anualmente no município de Erechim o Jantar Agroecológico e a Mostra da Biodiversidade da Agricultura Familiar. Este jantar no ano de 2014 marcou a Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos. Os pratos servidos no

jantar foram preparados à base de produtos orgânicos e nativos. Segundo Paulo Trierveiler, gerente adjunto do Escritório Regional da Emater-RS, o jantar possui o objetivo de divulgar e incentivar o consumo de produtos orgânicos e também valorizar a agricultura familiar.

O CAPA desenvolve também diversos projetos em escolas da Microrregião de Erechim, entre as ações desenvolvidas cita-se a distribuição de mudas de árvores nativas, palestras sobre agroecologia e alimentação orgânica, visitas com os estudantes às famílias que praticam agroecologia e “Feirinhas das Sementes” nas escolas. Segundo o Técnico A entrevistado, o trabalho realizado nas escolas visa à sensibilização e ações práticas com o cuidado do planeta e irradiação da proposta agroecológica, neste sentido o CAPA tem priorizado algumas palestras e oficinas na Semana Municipal do Meio Ambiente e a Semana Nacional do Alimento Orgânico.

Além desse trabalho nas escolas, a organização realiza atividades no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS I, II e III) do município de Erechim semanalmente, através de palestras, oficinas e cursos sobre produção de alimentos saudáveis e orgânicos, reaproveitamento de alimentos, utilização de plantas medicinais como geração de renda, associativismo, comércio justo e solidário.

O CAPA realiza também diversos cursos de formação, como por exemplo, Curso de Cultivo Protegido em Estufas e de Citricultura Agroecológica. O primeiro curso apresenta as culturas que mais precisam de proteção, plásticos recomendados, controle do calor, controle da umidade, dos ventos, manutenção, uso de adubos orgânicos, biofertilizantes, pó de rochas, entre outros. No segundo curso, de Citricultura Agroecológica, os temas trabalhados tratam de implantação do pomar, adubação em citrus, controle de pragas e doenças, manejo da poda e aplicação de adubo biológico.

Outro projeto que o CAPA vem desenvolvendo em parceria com a Paróquia Evangélica de Erechim, Fundação Luterana Diaconia (FLD) e o Grupo Alecrim Dourado chama-se “Projeto Girassol - Saúde e Ecologia”, o qual atua em três frentes: abelhas nativas sem ferrão, farmácias caseiras e quintais orgânicos em três comunidades situadas nos municípios de Cruzaltense/RS, Aratiba/RS e Paulo Bento/RS. Segundo o CAPA este projeto visa integrar ações que resgatem a harmonia entre as pessoas e a natureza, buscando a preservação ecológica e a valorização dos processos naturais de cuidado com a saúde.

Os projetos anteriormente mencionados levados em frente pelo CAPA e pelo CETAP são muito significativos para alcançar um objetivo que as instituições tem em comum: promover a agroecologia, de forma a subverter as leis impostas pelo modelo de agricultura calcada no agronegócio. As duas entidades, trabalhando de forma individual ou então articuladas, possuem o intuito de fortalecer a territorialidade em rede que se forma por meio da Rede Ecovida de Agroecologia. Esta rede acaba

mantendo os agricultores organizados, de forma a trocarem experiências constantemente, mostrando-se resistentes ao modelo do “agronegócio verde”, o qual visa a exportação de orgânicos.

Através destes projetos é que o CAPA e o CETAP encontram uma alternativa de combater os problemas que atingem o campo advindos do desenvolvimento capitalista: a marginalização do campesinato e o consequente êxodo rural.

Nesse sentido, os projetos vêm se mostrando importantes para o aumento da autonomia relativa destes agricultores, ao menos no que se refere à autonomia alimentar e econômica, já que melhoram as condições de produção e venda. No entanto, as duas organizações passam por dificuldades, principalmente para manter as atividades de acompanhamento técnico, devido a falta de recursos financeiros.

O incentivo público ainda é escasso e a PNAPO, segundo as organizações, por ser muito recente e possuir algumas falhas já observadas na letra da lei, comentadas anteriormente, não aponta grande processo de desenvolvimento para a agroecologia, no que se refere à continuidade da histórica caminhada que o CAPA e o CETAP vem desenvolvendo com os agricultores na Microrregião de Erechim. E esse é um questionamento que fica da presente pesquisa: a PNAPO irá se caracterizar como uma política emancipadora para estas organizações populares e para as famílias que elas atendem?

CONCLUSÃO

Ao final deste artigo, conclui-se que o desenvolvimento contraditório do capitalismo gera conflitos, devido às relações de poder que se estabelecem no território. De um lado, a territorialização do capital por meio do agronegócio busca subordinar o campesinato, o recriando a partir de sua lógica. Desta forma, temos um quadro situacional de intenso processo de endividamento, intensa artificialização da produção dos agroecossistemas (principalmente pela implantação do trinômio soja, milho e trigo) resultando na perda da diversidade produtiva, reduzindo significativamente a autonomia relativa desses sujeitos face o mercado. Além disso, perde-se a característica de produtor de alimentos básicos, devido à integração vertical dos agricultores aos denominados complexos industriais, os quais acabam desarticulando as economias locais devido à prioridade estendida ao modelo de desenvolvimento da agricultura moderna, o que acaba por gerar um quadro significativo de êxodo rural.

Por outro lado, o campesinato se recria rompendo com a lógica do capital. Assim, este modelo socialmente excludente acaba por fazer emergir atores que fundamentam a crítica a estes padrões que caracterizam a agricultura e o desenvolvimento rural no Brasil. Entre eles, surgem os principais atores da nossa pesquisa, CAPA e CETAP, como força de resistência, lutando por autonomia política e econômica, além de promover o enfrentamento político com o agronegócio, a partir da reivindicação por

políticas públicas que visam a consolidação dos territórios camponeses. Assim, conforme Fernandes (2006) são dois modelos que estão presentes num mesmo espaço disputando território, gerando conflitualidade e promovendo desenvolvimentos.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é resultado de um longo debate, que vem ocorrendo há décadas, acerca das políticas públicas para o campo, principalmente dentro das ONGs, sindicatos e movimentos sociais rurais. Portanto, a participação na construção da política caracteriza-se como uma conquista dessas organizações populares.

Cabe destacar, no entanto, que a elaboração e implementação da PNAPO não acaba com os problemas estruturais gerados pelo modo de produção capitalista. A partir do modelo econômico vigente e da “naturalização dos problemas estruturais”, qualquer política pública é uma tentativa de integrar o camponês ao capitalismo. Minimizam-se os problemas, mas a *monopolização do território pelo capital* acaba por barrar a capacidade de autonomia relativa do campesinato.

Por este motivo é que as organizações populares estudadas, CAPA e CETAP, visam um desenvolvimento alternativo a este modelo excludente. Desta forma, as organizações apoiam e realizam diversos projetos paralelos às ações do Estado, mesmo com escassos recursos e quadro de técnicos restrito, desde a década de 1980 numa luta incessante por uma outra agricultura, baseada nos princípios agroecológicos, na qual os agricultores podem manter-se organizados mostrando resistência às imposições do capital.

REFERÊNCIAS

A PRÁTICA AGROECOLÓGICA NO CAPA. Porto Alegre: Capa, 2005.

ALMEIDA, J. de. **A construção social de uma nova agricultura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

ALTIERI, M.; TOLEDO, V. **La Revolución Agroecológica en Latinoamérica.** In: Sociedad Científica Latino Americana de Agroecología, 2011.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção,** fev., 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
_____. **Decreto n. 7.794, de 20 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em 09/06/2014.

_____. **Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm>. Acesso em: 09/06/2014.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, v.6, p. 63-74, 2012.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

EDUARDO, M. F.; GABOARDI, S. C. **Notas sobre o processo de modernização da agricultura na microrregião de Erechim (Brasil) e a ação dos movimentos populares no fomento à agroecologia**. In.: Encontro de Geógrafos de América Latina. Lima/Peru, 2013.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

FERNANDES, B. M.; LEAL, G. M. **Contribuições teóricas para a pesquisa em Geografia Agrária**. In: IV Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia - A geografia no século XXI, 2002, São Paulo. CD do IV Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia. São Paulo: Anpege, 2002.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária e educação do campo no governo Lula. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 7, n.14, p. 1-23, ago., 2012.

GABOARDI, S. C.; EDUARDO, M. F. **Ecologismo Popular e Campesinato: leituras a partir da Via Campesina, Fetrat-Sul e CAPA**. In.: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Belém/PA: Açaí, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas (SP): Unicamp/IE, 1996.

GRITO DA TERRA BRASIL. Pauta do Grito da Terra Brasil 2003. Brasília (DF): CUT, CONTAG, 2003.

GUHUR, D. M. P. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular**. 267f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Irizelda Martins de Souza e Silva. Maringá, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984.

LISBOA, M. V. Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, edição especial, p. 129-137, 2009.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**. Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011, p.290-322. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em 20 de jun. 2014.

O'CONNOR, J. **Es posible el capitalismo sostenible?** Clacso. Buenos Aires. Marzo, 2002.

OLIVEIRA, A. U. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. **Terra Livre**, São Paulo, ano 1, n.1, p.26-38, 1986.

_____, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: **Agroecologia. Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória)**. Rio de Janeiro (RJ), 2006.

PIRAN, N. **Agricultura Familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim/RS: EdiFAPES, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n.1, 2006.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Relatório de Mobilização e Participação Social na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO**, maio, 2012.

SEVILLA GUZMÁN, E.; OTTMANN, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Los marcos conceptuales de la Agroecología**. In.: FIGUEIREDO, M. A. B; LIMA, J. R. T. (Orgs). **Agroecologia: Conceitos e Experiências**. Recife: Bagaço, 2006.

TOLEDO, V. M. La agroecología en Latinoamérica: tres revoluciones, una misma transformación. **Agroecología**, v. 6, p. 37-46, 2012.

VAN DER PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, edição especial, p. 17-31, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, edição especial, p. 33-45, 2009.